

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS QUILOMBOLAS DE
LIVRAMENTO-PB**

**ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES FOR THE QUILOMBOLAS OF LIVRAMENTO-
PB**

Litiene da Silva Santos

Superior Tecnólogo em Gestão Pública, Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Brasil.
E-mail: litiened@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender a relação entre os movimentos sociais nas políticas públicas presentes na Associação dos Moradores da comunidade Quilombola Rural de Areias de Verão, Vila Teimosa e Sussuarana, no município de Livramento-PB, por meio da identificação, conhecimento, e aplicabilidade do movimento social. Com os seguintes objetivos específicos: a importância do movimento social para a comunidade livramentense; identificar a dimensão social e política do movimento; e por fim, analisar o movimento social como uma ferramenta para o entendimento das necessidades da sociedade. Sob a perspectiva da natureza a pesquisa é exploratória, pois busca-se maior conhecimento do tema a ser estudado tornando visível, flexível e adaptável às mudanças, assim como descritiva, uma vez que realiza levantamento de dados, por meio de técnicas padronizadas de coleta, como formulários e questionários, por exemplo. Posto isso, o presente trabalho de conclusão de curso visa realizar um apanhado sobre as políticas públicas e a implementação na comunidade quilombola presente no município de Livramento-PB, objetivando a efetivação e a construção com participação popular em todos os direitos garantidos por leis.

Palavras-chave: Políticas Públicas; quilombo; direitos.

ABSTRACT

The present study aims to understand the relationship between social movements in public policies present in the Residents' Association of the Quilombola Rural community of Areias de Verão, Vila Teimosa and Sussuarana, in the municipality of Livramento-PB, through identification, knowledge, and

applicability of the social movement. With the following specific objectives: the importance of the social movement for the Livramentense community; identify the social and political dimension of the movement; and finally, analyze the social movement as a tool for understanding society's needs. From the perspective of nature, the research is exploratory, as it seeks greater knowledge of the topic to be studied, making it visible, flexible and adaptable to changes, as well as descriptive, since it carries out data collection, through standardized collection techniques, such as forms and questionnaires, for example. Having said that, this course conclusion work aims to provide an overview of public policies and implementation in the quilombola community present in the municipality of Livramento-PB, aiming at the implementation and construction with popular participation of all rights guaranteed by law.

Keywords: Public Policies; quilombo; rights.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, traz consigo uma inovação na aplicação e interpretação das leis no ordenamento jurídico brasileiro, erigindo as normas constitucionais e os princípios a um novo patamar no tocante a aplicação dos preceitos. Dito isto, na atual conjuntura neoconstitucionalista reflete diretamente em diversos ramos do direito, em especial no Direito Administrativo, que destacamos ao longo do trabalho a administração dialógica e consensualista com a aplicação dos princípios constitucionais ligados com a resignificação do contrato entre o poder público e a sociedade civil.

Como bem pontua, Welber Rodrigues Lima (2021, p. 8), “o contexto político e social brasileiro, desde as últimas décadas do século passado, tem sido marcado pelo processo de redefinição do papel do Estado”, desde a expansão dos benefícios de cidadania, administração igualitária e a descentralização das políticas públicas.

Sendo assim, as políticas públicas passam a ser consideradas como novo modelo, nos termos das demandas trazidas pela CF/1988, que foi um importante marco para a implantação da gestão participativa e descentralizada, na década de 1990 no Brasil, nos setores municipais, estaduais e federais. Nesse viés, pontuamos a importância da participação popular, mesmo que de forma indireta ou direta, garantindo os direitos das classes postas à margem, que tem como uma de suas funções semear informações, o que acaba auxiliando na compreensão das dificuldades e necessidades que grande parte da população enfrenta, como

podemos citar à educação, à saúde entre outros.

Para a aplicação e funcionalidade na prática das políticas públicas, é de grande importância a participação da população, porque se há a existência de certos direitos os que são beneficiários devem ter seus espaços para serem ouvidos, permitindo assim que, possam ter as melhorias e ajustes necessários para aplicação dos direitos.

Apresentamos aqui neste tópico como problemática do trabalho, a escassa participação das comunidades carentes na elaboração das políticas públicas, tendo em vista que algumas das políticas sociais não estão condizentes totalmente com a população. Tornando-se uma adversidade a plena funcionalidade das ações geradas pelas políticas públicas, levando em consideração a importância destas participações populares.

Portanto, trazemos nesta pesquisa em primeiro momento o entendimento de políticas públicas e a sua implantação no Brasil, bem como a participação da Constituição Federal de 1988 na construção das políticas públicas. Em seguida, abordamos a Associação dos quilombolas no município de Livramento-PB e seu vasto mundo de conhecimentos e possibilidades. Ainda, discutiremos a implementação como uma ferramenta para a aplicação das políticas públicas.

O objetivo geral do presente trabalho é compreender a relação entre os movimentos sociais nas políticas públicas presentes na Associação dos Moradores da comunidade Quilombola Rural de Areias de Verão, Vila Teimosa e Sussuarana, no município de Livramento-PB, por meio da identificação, conhecimento, e aplicabilidade do movimento social. Neste ponto, trazemos como objetivos específicos a importância do movimento social para a comunidade livramentense; identificar a dimensão social e política do movimento; e por fim, analisar o movimento social como uma ferramenta para o entendimento das necessidades da sociedade.

1.1 OBJETIVOS GERAIS

A pesquisa científica é a atividade originária para o desenvolvimento da ciência, neste ponto Leffeld (1991), estabelece que a pesquisa é a inquisição e/ou o

procedimento sistemático intensivo que tem por objetivo a descoberta e interpretação dos fatos que estão presentes em uma determinada realidade. Nesse sentido, os critérios para a classificação do trabalho são: de acordo com a abordagem qualitativa, pois considera que existe uma relação além dos números para encontrar um resultado no estudo. Para isso, será necessário buscar dentro da comunidade com objetivo de estabelecer confiança, acesso, participação e compreensão (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2016, p. 147).

Sob a perspectiva da natureza a pesquisa é exploratória, pois busca-se maior conhecimento do tema a ser estudado tornando visível, flexível e adaptável às mudanças, conforme autor adiante mencionado, assim como descritiva, uma vez que realiza levantamento de dados, por meio de técnicas padronizadas de coleta, como formulários e questionários, por exemplo. A mencionada classificação de acordo com Gil (2008), é aquela que descreve um fenômeno ou objetivo de estudo “população, empresa, governo, situação problema” e estabelece relação entre as suas variáveis.

Concluimos, que o planejamento do trabalho de conclusão de curso é embasado em três etapas, são elas: planejamento, execução e divulgação. Nesse sentido, a execução da pesquisa encontra como fonte principal de informações os dados primários, que deverão ser coletados por meio de pesquisas e entrevistas realizadas pessoalmente com os integrantes da associação dos quilombolas de Livramento-PB, com o objetivo de identificá-los na implementação social e econômica. Já com relação a análise dos dados, essa se dará por meio de análise quanto ao conteúdo, por procedimento sistemático e descritivo que visa permitir a inferência de conhecimento relativas às condições de aplicabilidade e observação (BARDIN, 2004).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As políticas públicas no Brasil possuem um histórico complexo que abrange desde sua elaboração teórica até sua aplicação prática. Portanto, ao realizar um esboço mais específico o tema proposto abrange elos entre políticas públicas bem como a cultura popular. Assim, pode-se entender como políticas públicas um conjunto de

ações tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) que visem aplicar ou implementar medidas de responsabilidade pública relacionadas aos atores externos, ou seja, as diversas camadas da sociedade protegidas pela Constituição federal em seus direitos constitucionais. É crucial compreender que as políticas públicas implementadas por um governo determinarão o desenvolvimento político daquela nação.

Políticas públicas possuem um grau expressivo de transformações e demandas, onde diferentes ações devem ser abordadas e executadas, pois cada área necessita de diferentes implementações, privilegiando ao mesmo tempo o coletivo, ações devem ser efetuadas para todos, sabendo que cada área precisa de um elenco que responda aos seus interesses e os oriente para a melhor solução a tomar, observando sempre o estado na sua soberania para propor políticas públicas à população. Complementando o que SOUZA (2006) disse:

As políticas públicas guiam o nosso olhar para o lócus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existem diferenças sobre a importância relativa destes fatores. (SOUZA, 2006, p. 25).

Portanto, é de primordial importância na política pública a aplicação da equidade, sobretudo por estarmos no Estado Democrático de Direito, uma vez que o objetivo principal é o combate a desigualdade social. Assim, uma política pública devidamente definida e centrada na sua criação define-se como um mecanismo de promoção da igualdade, na medida em que facilitará as vias de acesso à população de origem necessária.

Além do mais, a política pública no Brasil dispõe de um novo marco a partir da Constituição Federal de 1988, a qual inovou no reconhecimento de direitos etnorraciais territoriais. Por conta disso, emergiram das lutas sociais novos indivíduos de direitos e cidadania: as comunidades de quilombos.

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL

Diversos estudos têm apontado os movimentos sociais do campo como uma função cada vez mais ativa na luta pelos direitos das classes mais discriminadas da

sociedade brasileira. Essa ação coletiva tem como principal objetivo de luta a reforma agrária, melhorias de condições de trabalho, proporcionar a resistência à exclusão e criar novas práticas sociais no campo.

Dessa forma, o que originou a organização de movimentos sociais rurais foi à concentração fundiária que agrava problemas relacionados ao desemprego, à miséria e à violência no meio rural. Por tanto, os movimentos sociais do campo no Brasil surgiram historicamente a partir de duas primordiais frentes: as Ligas Camponesas, nas décadas de 1950, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, criado na década de 1980.

As Ligas Camponesas surgiram após o final da ditadura militar do Governo Vargas e estruturaram-se com bases e orientações do PCB – Partido Comunista Brasileiro. Porém, foi somente durante a década de 1950 que as Ligas conseguiram uma integração que envolveu quase a totalidade do país, através das organizações ou ligas regionais. No entanto, com o golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas foram extintas pelo poder da repressão ditatorial.

Em 1984, durante o período da redemocratização, os trabalhadores rurais novamente organizaram-se e fundaram o MST, durante o primeiro congresso nacional do movimento, realizado na cidade de Cascavel, no Paraná. Em sua agenda de lutas estão: a reforma agrária, a luta pela terra e a transformação social, desde a sua fundação, o MST atua por meio da ocupação de grandes latifúndios e terras improdutivas, construindo assentamentos.

Nesse contexto, o principal objetivo do movimento supramencionado é o estabelecimento de uma política de reforma agrária no território brasileiro. No entanto, ao longo das décadas, novas discussões foram sendo incorporadas à luta do MST, como a defesa da agricultura familiar, da agroecologia e da preservação ambiental.

A Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo nas conquistas sociais e políticas no Brasil, nesse ponto, surgiu a necessidade de assegurar a efetivação dos direitos garantidos, antes apenas teoricamente estabelecidos, para a população historicamente excluída. A partir desse marco, verificou-se uma ampliação das demandas dos trabalhadores rurais. Os movimentos sociais são de extrema importância para a formação de uma sociedade democrática ao tentarem

possibilitar a inserção de cada vez mais pessoas na sociedade de direitos.

Por tanto, nessa circunstância outro movimento bastante relevante no território nacional brasileiro é o movimento dos quilombolas. O movimento social quilombola é um movimento político e histórico que luta pelos direitos e pela identidade das comunidades quilombolas. O movimento é baseado em critérios coletivos, subjetivos, identitários e comunitários, e vê o quilombo como um fator de mobilização política que gera uma identidade entre os quilombolas.

A origem em comum dos remanescentes de quilombos é a ancestralidade africana de negros escravizados que fugiram da crueldade da escravidão e refugiaram-se nas matas. Com o passar do tempo, vários desses fugitivos aglomeravam-se em determinados locais, formando tribos, esses espaços são símbolos da resistência contra a política escravocrata e, no Brasil, estão presentes em vários estados. As populações quilombolas ganharam destaque no cenário nacional como integrantes do movimento afro-brasileiro no término do século XX, reivindicando sua herança cultural e reconhecimento de seus direitos.

Com a promulgação de uma nova constituição, os afro-brasileiros levaram suas questões e reivindicações à Assembleia Constituinte, o trabalho árduo culminou na elaboração do artigo 68 da Constituição que legitima os quilombolas como uma comunidade cultural e lhes garante a posse das terras que habitavam ao longo da história. Além disso, a Carta Magna do Brasil instituiu a Fundação Palmares, um órgão público voltado à identificação das terras quilombolas.

De acordo com dados do Censo 2022 conforme publicado na agência brasil, a população quilombola do país é de 1,32 milhão de pessoas, ou 0,65% do total de habitantes do país. Os dados mostram que foram identificados 473.970 domicílios onde residia pelo menos uma pessoa quilombola, espalhados por 1.696 municípios brasileiros. Nas últimas três décadas, de acordo com jornal CNN Brasil mais de 3.000 (três mil) comunidades quilombolas no Brasil se reuniram para impulsionar as economias locais, afirmar seu direito à terra, combater invasões e apropriações ilegais, e preservar sua identidade cultural.

Atualmente, essas comunidades contam com representações fortes em comissões quilombolas estaduais e nacionais, que colaboram com legisladores, autoridades de políticas públicas e o judiciário para assegurar o respeito aos seus direitos e

proteções constitucionais.

2.2 ARCABOUÇO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

Em termos de políticas públicas, surgiram em meados da década de 1930 as primeiras atividades sistemáticas relacionadas à mobilização do conhecimento científico para servir de subsídio à formulação de políticas públicas no Brasil, por meio da implementação do estado nacional de desenvolvimento.

Esse período é conhecido como “era Vargas”, entre 1930-1945 e 1945-1954, onde Getúlio Vargas alcançou o objetivo de organizar o aparelho estatal segundo o modelo burocrático weberiano, visando modernizar a administração pública, superando o modelo oligárquico e patrimonialista que dominava a administração pública brasileira.

Esse período foi muito importante na história do país pela grande contribuição do governo Vargas, especialmente no que diz respeito às políticas de proteção ao trabalhador, por meio da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que prevê mais segurança para a classe trabalhadora. Porém, mais tarde, por volta da década de 1970, também em relação às políticas públicas, especialmente à política de proteção social, o ponto de partida foram as transformações muito significativas nos domínios social e econômico, em que o Estado passou a manifestar-se de maneira mais atuante como promotor de maior qualidade de vida.

As políticas públicas são uma ferramenta para implementar mudanças progressivas na sociedade, podem ser utilizadas para abordar questões que afetam todos os cidadãos, como a saúde, a educação, o ambiente e os serviços públicos. Através destas políticas, o governo pode criar diretrizes nacionais e fornecer os recursos necessários para atingir objetivos específicos e gerais. Além disso, visam promover melhorias e ajudar a combater problemas como a exclusão social, o desemprego e a distribuição desigual de rendimentos.

Um exemplo que podemos citar é o Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado em 2004 com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Em 2012, o governo federal anunciou a ampliação do programa, que

se integrou ao Plano Brasil Sem Miséria. No entanto, uma análise temática de conteúdo concluiu que o PBQ operou como um dispositivo de governo que incluiu simbolicamente as comunidades quilombolas, mas as excluiu efetivamente via regulação orçamentária.

Em 2023, o governo federal lançou o Programa Aquilombar Brasil, que visa garantir os direitos da população quilombola no país. O programa tem quatro eixos: acesso à terra e território, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, e direitos e cidadania. As medidas intersetoriais serão implementadas visando o desenvolvimento e a valorização das comunidades quilombolas.

Dito isto, através de políticas públicas, os cidadãos beneficiam da otimização de serviços públicos como segurança, saúde, educação e infraestruturas urbanas, também ajudam a controlar o nível de desemprego, a desigualdade social e a estabilizar estes sectores. Portanto, afeta o dia a dia das pessoas, além disso, estas orientações regulam a distribuição de fundos públicos, e conhecê-las permite aos cidadãos acompanhar a implementação de medidas eficazes e ajudar a monitorizar as autoridades administrativas.

2.3 ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE LIVRAMENTO-PB

A Associação dos Moradores da comunidade Quilombola Rural de Areias de Verão, Vila Teimosa e Sussuarana em Livramento PB é certificada como remanescente de quilombo pela fundação cultural palmares FCP, uma entidade pública vinculada do Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. No artigo 1º, da Lei que a instituiu, lê-se: "(...) promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira".

Além do mais, fazem parte mais de 110 (cento e dez) famílias quilombolas na associação, que são compostas por crianças, jovens, mães e pais de famílias que encontram diversas formas de sobreviver e assegurar os direitos de seus familiares, restando assim suas culturas de origem.

Atualmente estão em curso alguns projetos que vão beneficiar as famílias

quilombolas na associação, em parceria com PROCASE (projeto de desenvolvimento sustentável da Paraíba), onde estão desenvolvendo algumas tecnologias com Palma forragens, criação de abelhas, criação de galinha e criação de ovinos. Também conta com a parceria do PNHR Rural (programa nacional de habitação rural) no qual, através desse programa 41 famílias vão ser contempladas com casas pela Caixa Econômica, conforme informações transmitidas pelo presidente da associação quilombola, o Sr. Diego dos Santos.

O acesso à educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento, sendo assim, atualmente a associação quilombola conta com uma escola de ensino fundamental, além disso, constantemente através de algumas instituições sem fins lucrativos, são ofertados cursos e capacitações, tendo como por exemplo mais recente em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho - TRT vários membros participaram de uma capacitação trazendo mais conhecimento para os jovens da comunidade e na ocasião foram contemplados com 10 (dez) computadores na qual posteriormente segundo relatos do presidente da associação quilombola será feita uma sala de informática para melhor assistir a comunidade.

Saúde e bem-estar é uma prioridade para todos, a comunidade não possui posto de saúde local, mas sempre se desloca uma equipe de saúde para fazer atendimentos médicos e também promovem campanhas de conscientização e prevenção de doenças às famílias na comunidade, a equipe é composta por um médico clínico geral, auxiliar de enfermagem, técnicos de enfermagem, agente comunitário de saúde, nutricionista, psicólogo, entre outros. Também a comunidade possui um poço artesiano com dessalinizador um equipamento que retira o sal da água salobra ou salina, tornando-a própria para o consumo humano e garantindo água potável para as famílias da região.

Diversos foram os avanços nas políticas públicas da Associação dos Moradores da comunidade Quilombola Rural de Areias de Verão, Vila Teimosa e Sussuarana em Livramento PB. No entanto, ainda há diversos desafios a enfrentar, como a criação de uma UBS (unidade básica de saúde) na comunidade, expansão de rede de água e esgoto, mais incentivo municipal e estadual para estimular a economia local, garantia que a justiça social seja promovida e que quaisquer questões de discriminação ou injustiça seja tratada com seriedade e compromisso.

Trabalhar com os quilombolas é entender a diversidade étnica da população brasileira, é propiciar um diálogo entre um passado de luta com uma sociedade escravista, mas também é saber que existe uma luta fervendo contra uma sociedade individualista estadiada no meio do capitalismo onde o modo de vida e cultura quilombola conflitua com os interesses indispensáveis (ex: os interesses latifundiários) onde os trâmites na titulação demonstra até o presente a história de repressão contra os negos.

A legislação brasileira assegura direitos sociais para todos, para que esses direitos sejam efetivamente garantidos, são necessárias políticas públicas consistentes. Contudo, é difícil implementar essas políticas no país. Isso se deve, em grande parte, à falta de interação entre os entes federativos e à falta de intersectorialidade das ações.

A Constituição Federal de 1988, tem como característica principal a descentralização política e administrativa. Em seu artigo 18, está determinado: "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos independentes, de acordo com a Constituição Federal".

As políticas públicas são planos, medidas e ações desenvolvidas pelas autoridades para resolver problemas sociais. Pode ser implementado pelas autoridades, mas provém de iniciativas e ações de outros atores sociais, a participação das pessoas na administração pública é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, moral e democrática.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto isso, o presente trabalho de conclusão de curso visa realizar um apanhado sobre as políticas públicas e a implementação na comunidade quilombola presente no município de Livramento-PB, objetivando a efetivação e a construção com participação popular em todos os direitos garantidos por leis.

Portanto, o que se objetiva as políticas públicas, em especial, a associação os quilombolas no município de Livramento, aqui a ser dialogado é alcançar e atender as necessidades das classes menos favorecidas, que vem tomando discussões e

proporções desde campos políticos até a sociedade civil, que luta pela criação e o acesso às políticas públicas.

Diante do exposto, concluímos que a luta das comunidades quilombolas por seus direitos e por sua identidade é histórica e política. Em seu íntimo, existe uma dimensão secular de resistência, na qual homens e mulheres buscavam o quilombo como uma forma de manter a saúde física, social e cultural, em contraste com a lógica dominante.

4 ANEXOS

Imagens extraídas da redes sociais Instagram:
<https://www.instagram.com/comunidadequilombola?igsh=cW1ia29kdGE0MWoy>.

 _comunidadequilombola



49 2 9

Curtido por [_roberta_ferreira21](#) e outras pessoas

_comunidadequilombola Na última reunião aconteceu a entrega das camisas que irão identificar a nossa... mais

 _comunidadequilombola



49 2 9

Curtido por [edjanesousa_](#) e outras pessoas

_comunidadequilombola Apresentação do grupo de capoeira Raça Nova no evento estadual Quilom... mais

 _comunidadequilombola



41 2

Curtido por [edjanesousa_](#) e outras pessoas

_comunidadequilombola Entrega das feiras é um

 _comunidadequilombola



33 2

Curtido por [janainamichellyof](#) e outras pessoas

_comunidadequilombola Hoje tivemos a visita do prefeito @nanandaoficial e de algumas representantes do... mais



5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em 10 de mar. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF. Disponível em<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edição 70. 2004.

DINIZ, Wagner Berto dos Santos. **Antropologia e Direito: realidades fundiárias nas comunidades quilombolas de Livramento - PB**. / Wagner Berto dos Santos. Sumé - PB: [s.n], 2018.

LIMA, Welder Rodrigues. **Políticas Públicas e Gestão Descentralizada: um espaço para a participação popular**. 2021. 29 f. TCC (Graduação) - Curso de Gestão Pública, Tecnológico, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2008.

SAUNDERS, M., LEWIS, P., THORNHILL, A. **Research Methods for Business Students**. London: Prentice Hall, 2ª ed., 2. 2016.

SOUZA, Celina, 2006, *apud* PETERS, 1986, **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v8, n 16 p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em:<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26025/1/2019_GleideMariaGomes_tcc.pdf>Acesso em: 20 jun. 2023.

Da CNN, **Políticas públicas: entenda o que são, para que servem e veja exemplos**. Publicado em: 09/02/2023 às 10:35 | Atualizado 18/04/2023 às 11:32.
Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/politicas-publicas/>>
Acesso em: 05 de Ago. de 2024.

BRASIL ESCOLA, **TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: instrumentos de garantia do Bem-estar Social**, Disponível em : <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/trajetoria-historica-das-politicas-publicas-no-brasil-instrumentos-de-garantia-do-bem-estar-social.htm>.
Acesso em: 05 de Ago. de 2024.

FREITAS, Bruno Moura, **Brasil tem 7,6 mil comunidades quilombolas, mostra Censo**, Agência Brasil - Rio de Janeiro, Publicado em 19/07/2024 - 10:01.
Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/brasil-tem-76-mil-comunidades-quilombolas-mostra-censo#:~:text=ouvir%3A,1%2C3%20milh%C3%A3o%20de%20pessoas>>. Acesso em: 08 de Agosto 2024.

By David Fleischer, iaf.gov, **Fazendo seu próprio caminho: as comunidades quilombolas do Brasil - Fundação Interamericana**, 26 fevereiro 2021, Disponível em <<https://www.iaf.gov/pt/content/historia/making-their-own-way-brazils-quilombola-communities/#:~:text=As%20comunidades%20quilombolas%20do%20Brasil%20tiveram%20in%C3%ADcio%20na%20metade%20de,longe%20das%20fazendas%20de%20monocultura>>. Acesso em: 10 de Agosto de 2024.

PODER360, **Uma em cada 5 famílias recebeu pagamentos do Bolsa Família em 2023... 19.abr.2024 (sexta-feira) - 11h50**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/uma-em-cada-5-familias-recebeu-pagamentos-do-bolsa-familia-em-2023/>>. Acesso em: 12 de Agosto de 2024.

MUNDO EDUCAÇÃO, **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**
Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/movimento-dos->

[trabalhadores-rurais-sem-terra-mst.htm](#)> Acesso em: 15 de Ago. de 2024.

MUNDO EDUCAÇÃO. uol.com.br, ***Movimentos Sociais do Campo***,
Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/movimentos-sociais-campo.htm>> Acesso em: 15 de Agosto de 2024.

GOV. br, Secretaria de Comunicação Social, ***Programa Aquilomba Brasil garante direitos da população quilombola***. Publicado em 09/04/2023 21h33
Atualizado em 10/04/2023 13h04. Acesso em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvotou/desenvolvimento/programa-aquilomba-brasil-garante-direitos-da-populacao-quilombola>>. Acesso em: 25 de Agosto de 2024.